

CFM, AMB e SBOT enviaram notas condenando o esquema em que fabricantes pagam comissões para profissionais de saúde prescreverem seus produtos

Após a reportagem do Fantástico que denunciou, no último domingo (04), a máfia das próteses, em que fabricantes pagam comissões para profissionais de saúde prescreverem seus produtos, as principais entidades do setor divulgaram notas condenando a prática.

A Associação Médica Brasileira (AMB), presidida por Florentino Cardoso, divulgou à imprensa nota repudiando o "conluio entre médicos, hospitais, empresas (de próteses, órteses, materiais especiais) e advogados". A entidade também defendeu a punição aos envolvidos no esquema.

Leia a íntegra do comunicado abaixo:

*Diante da reportagem sobre a "Máfia das próteses" exibida pelo Fantástico da TV Globo neste primeiro domingo, 04 de janeiro de 2015, a AMB (Associação Médica Brasileira) vem a público reiterar a posição, que deu ao programa, em duas entrevistas, dias 9 e 24 de dezembro.*

*A entidade repudia totalmente conluio entre médicos, hospitais, empresas (de próteses, órteses, materiais especiais) e advogados. As práticas mostradas na matéria ferem gravemente a ética médica e, em alguns casos, evidenciam crimes.*

*Não há justificativas para os comportamentos mostrados. Lesam o SUS e operadoras de saúde, além de colocar pacientes em risco por conta de decisões não motivadas somente pela boa prática médica e baseada em fortes evidências científicas.*

*Condenamos relação comercial entre médicos e indústria que influenciem condutas, assim como levarem suspeitas sobre a atividade médica. A confiança no médico é fundamental para pacientes. Incentivamos segunda opinião, especialmente em casos mais complexos.*

*Estas denúncias precisam ser rapidamente investigadas, seguindo preceitos legais, e culpados precisam ser exemplarmente punidos, sejam eles médicos, advogados, gestores hospitalares ou representantes de empresas fornecedoras de materiais. A quem compete, tomem providências cabíveis, investigando denúncias e aplicando aos culpados, punições exemplares.*

*É por meio de fiscalização constante e denúncias como as feitas pelo Fantástico, e de punição ética e criminal, quando for o caso, que se expurgam maus profissionais.*

*É fundamental para o bom exercício da medicina, para a saúde da população e para a valorização dos bons médicos, que exercem o ofício diariamente de forma digna: competente e ética.*

*A AMB incentiva e luta pelo bom exercício da medicina, sempre focada em fazer o melhor para nossos pacientes, pautando a conduta em evidências científicas. Estamos à disposição e contribuindo neste processo para levar às últimas consequências, a responsabilização de médicos que desonram a classe e não merecem estar no nosso convívio.*

Florentino Cardoso, presidente da Associação Médica Brasileira (AMB)

\*\*\*

Além da AMB, o Conselho Federal de Medicina (CFM) também se posicionou contra a prática e reforçou a Resolução CFM nº 1.956, que estabelece normas específicas para a prescrição de órteses, próteses e materiais implantáveis. Leia a nota na íntegra abaixo:

*Brasília, 5 de janeiro de 2015.*

*Com relação à denúncia de irregularidades na prescrição de órteses e próteses, o Conselho Federal de Medicina (CFM) esclarece que:*

- 1) De acordo com os artigos 68 e 69, do Código de Ética Médica, é proibido ao médico interação com qualquer segmento da indústria farmacêutica e de outros insumos para a saúde com o intuito de manipular, promover ou comercializar produtos por meio de prescrição;*
- 2) Em 2010, foi aprovada a Resolução CFM nº 1.956, que estabelece normas específicas para a prescrição de órteses, próteses e materiais implantáveis, que, entre outros pontos, veda ao médico exigir fornecedor ou marca comerciais exclusivos. As regras valem para as relações dos médicos com instituições públicas, operadoras de planos de saúde e no setor privado;*
- 3) Ao longo dos anos o CFM tem agido com critério e rigor no julgamento de processos ético-profissionais – em grau de recurso – cujo objeto seja denúncia de interação entre o médico e setores das indústrias de medicamentos ou de insumos, como órteses e próteses;*
- 4) Desde 2004 até novembro de 2014, foram emitidas cerca de 230 penalidades ético-profissionais para casos onde se constatou este tipo de interação entre o médico e setores da indústria e da farmácia. Deste total, houve 28 cassações, 26 suspensões do exercício profissional e mais de 140 censuras;*
- 5) Como solução para eliminar definitivamente possíveis irregularidades na comercialização das órteses e próteses, o CFM já propôs às autoridades competentes – Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Agência Nacional de Vigilância em Saúde (Anvisa) – a criação de mecanismos para regular esta prática, por meio da fixação de preços para o segmento (a chamada precificação);*
- 6) Dentre as vantagens desse mecanismo, destacam-se a maior transparência nas negociações com fornecedores; o aumento do controle do comportamento dos preços no mercado; a oferta de subsídios aos gestores na tomada de decisão; e a redução da possibilidade de lucros abusivos e exorbitantes, os quais abrem brechas para atividades ilícitas;*
- 7) Essa sugestão do CFM, já apresentada às autoridades competentes em diferentes oportunidades, ainda aguarda resposta e a tomada de decisão para implementação;*
- 8) Independentemente disso, em 2014, foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 7579/14, que se aprovado, altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para dispor sobre a regulamentação econômica do setor de órteses, próteses, produtos para a saúde e incluir na competência da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), que já existe dentro da estrutura da Anvisa.*

*Finalmente, o CFM reitera apoio às investigações para coibir práticas condenadas pela imensa maioria dos 400 mil médicos brasileiros, que, historicamente, têm se posicionado contra a cultura da impunidade – em todos os campos da vida em sociedade – no nosso país evitando danos aos pacientes e prejuízos econômicos.*

Conselho Federal de Medicina (CFM)

\*\*\*

Logo após a exibição da reportagem pelo Fantástico, na segunda-feira (05), o SBOT - Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, divulgou o Manifesto Pela Lei e Pela Ética, reforçando que os membros Titulares da SBOT "são profissionais bem formados, que conduzem suas atividades

dentro do mais rigoroso critério técnico e ético e que a maioria deles não pauta suas condutas baseadas nos moldes apresentados pela reportagem". Confira a nota abaixo:

#### *Manifesto Pela Lei e Pela Ética*

*Na noite de 04 de janeiro de 2015 tomamos conhecimento do teor da matéria apresentada pelo programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, fazendo denúncias graves sobre atitudes antiéticas e criminosas na indicação e utilização de materiais em cirurgias ortopédicas. Lamentamos que fatos dessa natureza ocorram em nosso meio e consideramos que tais denúncias devam ser investigadas pelos órgãos competentes com o rigor da Lei.*

*Consideramos, também, que os Membros Titulares da SBOT - Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - são profissionais bem formados, que conduzem suas atividades dentro do mais rigoroso critério técnico e ético e que a maioria deles não pauta suas condutas baseadas nos moldes apresentados pela reportagem.*

*A atitude ilícita de alguns não deve colocar em descrédito a Ortopedia e a classe médica em geral. A maioria atua dentro da lei e suas decisões e indicações clínicas sempre levam em consideração o bem estar do paciente. Temos convicção de que a imprensa e a sociedade brasileira saberão fazer esta distinção.*

*A Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia continuará trabalhando para proporcionar formação técnica, ética e moral aos cirurgiões ortopedistas.*

**Fonte:** [Diagnósticoweb](#), em 07.01.2014.